

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM- PARÁ –SR(30)STA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM-PARÁ –SR(30)STA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº. 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendência Regional de Santarém - Pará
Superintendente Regional: Luiz Bacelar Guerreiro Júnior

Procuradoria Federal Especializada
Procurador Chefe: José Eliaci Diógenes Nogueira Júnior

Divisão de Administração
Chefe de Divisão: Antonio Pereira de Oliveira

Divisão de Desenvolvimento
Chefe de Divisão: Elita Beltrão de Freitas

Divisão de Obtenção
Chefe de Divisão: Ulaí Nogueira

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Chefe de Divisão: João Charles Vidal

Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal
Chefe de Divisão: Ivo Leal

SUMÁRIO	
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	18
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	18
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	18
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	20
1.3 Organograma Funcional Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA nº 69 de 19/10/2006.	21
1.4 Macroprocessos Finalísticos SR(30)F, T, e D.....	27
1.5 Macroprocessos de Apoio – SR(30)A.....	32
1.6 Principais Parceiros -	32
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	33
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	33
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	34
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	34
2.4 Indicadores.....	37
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	42
3.1 Estrutura de Governança	42
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos.....	42
3.3 Sistema de Correição.....	44
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	44
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	45
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	45
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	45
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	45
4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066.....	45
4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012.....	46

4.1.2.3	Objetivo Vinculado ao Programa 2034	46
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	46
4.1.3.1	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418	46
4.1.3.2	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419	46
4.1.3.3	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420	46
4.1.3.4	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421	46
4.1.3.5	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422	46
4.1.3.6	Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412	46
4.1.3.7	Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987	47
4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	47
4.1.4.1	Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	47
4.1.4.2	Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar	54
4.1.4.3	Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	55
4.1.5	Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	56
4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	56
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	57
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	57
4.2.2	Programação de Despesas.....	57
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes (SEDE)	57
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital (SEDE).....	57
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	58
4.2.2.4	Análise Crítica	59
4.2.3	Programação de Despesas.....	59
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	59

4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários	59
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	59
4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	59
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	59
4.2.4.2.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	59
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	61
4.2.4.2.3	Análise Crítica	63
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	64
5.1	Reconhecimento de Passivos.....	64
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	64
5.1.2	Análise Crítica	65
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	65
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	65
5.2.2	Análise Crítica	66
5.3	Transferências de Recursos.....	67
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	67
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	69
5.3.3	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	69
5.3.4	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	70
5.3.5	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	72
5.3.6	Análise Crítica	73
5.3.7	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	74
5.3.7.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	74
5.3.7.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.....	74
5.3.7.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo.....	75

5.3.7.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	75
5.3.7.5	Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	77
5.3.7.6	Análise Crítica	77
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	78
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	78
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	78
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	78
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	79
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	80
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	81
6.1.3	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	85
6.1.3.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....	85
6.1.3.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	85
6.1.4	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	85
6.1.5	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos.....	85
6.1.6	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	85
6.1.6.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	85
6.1.6.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	86
6.1.6.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	86
6.1.7	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	87
6.2	Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	87
6.2.1	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	87
6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	87
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	87

6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	88
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	88
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	91
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	91
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	92
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	92
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	93
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	94
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	95
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação - TI.....	95
8.2	Análise Crítica	97
9.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	98
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	98
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	99
10.	Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....	101
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	101
10.1.1	Deliberações do TCU atendidas no Exercício	101
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	101
10.1.3	Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	102
10.1.4	Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	103
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	103
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	103
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	103
10.3.1.1	Análise Crítica	104
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	104
10.4.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	104

Informações Contábeis	105
10.5 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	105
10.5.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	105
10.5.2 Declaração com Ressalva.....	105
PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	107
11. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis.	107
12. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	18
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	42
Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105.....	47
Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110.....	47
Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114.....	47
Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426.....	47
Quadro A.4.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378.....	48
Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387.....	48
Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460.....	48
Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG.....	48
Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384.....	48
Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427.....	49
Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7.....	50
Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396.....	50
Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398.....	51
Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06	52
Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320.....	52
Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358.....	52
Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374.....	53
Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474.....	54
Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952.....	54
Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370.....	54
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470.....	54
Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448.....	55
Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859.....	55
Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1	55
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA –	56
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000	56

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572	57
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	59
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	61
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	65
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	69
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes	69
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	70
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	72
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	74
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	75
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	75
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	77
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	79
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12...80	80
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	81
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	85
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	85
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	86
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva...88	88
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	89
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	90
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	92
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ...93	93
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	94
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	95
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	98
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	99
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	101
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	101
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	102
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	103
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	104
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	105

LISTA DE ABREVIATÇÖES E SIGLAS

APP - Áreã de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários
RG - Relatório de Gestão
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

INTRODUÇÃO

Estabelecida pela Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, a reforma agrária é o conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e do aumento de produção de alimento. Desta maneira a reforma agrária deverá proporcionar, dentre outros: a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária, o combate à fome e a miséria, a redução da migração campo-cidade, a promoção da cidadania e da justiça social, etc.

Nesse contexto, as principais Ações do Plano de Compromisso estabelecido pela direção da Autarquia para esta Superintendência do Incra de Santarém foram: o cadastro e seleção de famílias homologadas; o protocolo de licenças ambientais junto a Sema; a promoção de ATER para 532 famílias em projetos de assentamento, no território da transamazônica, implantação/recuperação de estradas vicinais, a concessão de créditos instalação, elaboração de RTID em áreas quilombolas, expedição DAP provisórias para as famílias assentadas comercializarem seus produtos, vistorias visando a confecção de planilha de preços referenciais de terras – PPR, a recepção de PDA/PRA, o gerenciamento e a fiscalização de imóveis rurais. Ainda no contexto de Ações, todavia, em parceria com outros ministérios, esta UJ promoveu a expedição de documentos pessoais a trabalhadoras e trabalhadores rurais, dentro e fora de projetos de assentamento.

Abaixo seguem os itens apontados no anexo II da DN-TCU 119 de 18/01/2012, que não constam no RG, cujo preenchimento das informações é de responsabilidade do Incra /Sede.

A seguir estão indicados os itens requeridos, pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119 de 18/01/2012, que não constam no presente documento, pois, atendendo orientação da Controladoria Geral da União e repassada às UJ pelo Incra / Sede, o preenchimento destas informações é de responsabilidade do INCRA / Sede.

- I. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira
- II. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ
- III. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- IV. Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066
- V. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- VI. Objetivos Vinculados ao Programa 2066

- VII. Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418
- VIII. Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419
- IX. Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420
- X. Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421
- XI. Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422
- XII. Objetivo Vinculado ao Programa 2012
- XIII. Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412
- XIV. Objetivo Vinculado ao Programa 2034
- XV. Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987
- XVI. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de

Responsabilidade da UJ

- XVII. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418
- XVIII. Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV
- XIX. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419
- XX. Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6
- XXI. Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7
- XXII. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420
- XXIII. Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK
- XXIV. Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL
- XXV. Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO
- XXVI. Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP
- XXVII. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421
- XXVIII. Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES
- XXIX. Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU
- XXX. Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW
- XXXI. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422
- XXXII. Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1
- XXXIII. Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412
- XXXIV. Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB
- XXXV. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987
- XXXVI. Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A
- XXXVII. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
- XXXVIII. Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Os itens constantes da DN TCU nº 119/2012, Anexo II, que não se aplicam a natureza jurídica desta UJ:

- I. Programação de Despesas Correntes
- II. Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes
- III. Programação de Despesas de Capital
- IV. Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital
- V. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- VI. Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- VII. Programação de Despesas
- VIII. Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- IX. Suprimento de Fundos – Conta Tipo B
- X. Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido
- (Conta Tipo “B”)
- XI. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
- XII. Gestão de Precatórios
- XIII. Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
- XIV. Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
- XV. Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
- XVI. Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados
- XVII. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976
- XVIII. Composição Acionária das Empresas Estatais

Os itens da DN TCU nº 119/2012, Anexo II, que não houve ocorrência, são:

- I. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
- II. Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação
- III. Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação
- IV. Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

- V. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
- VI. Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários
- VII. Item 6.1.7.2 – Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
- VIII. Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- IX. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
- X. Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
- XI. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos
- XII. Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro
- XIII. Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada
- XIV. Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.

Considerações Importantes

Não obstante às ações apresentadas, entendemos relevante informar que neste exercício, a UJ passou por uma alternância de quatro gestores/superintendentes, bem como dos respectivos chefes de divisão e de serviços, enfrentou um movimento paredista - greve de servidores por um período de três meses (junho a setembro/2012), um corte e um contingenciamento orçamentários expressivos quando comparados a exercícios anteriores. E ainda a alternância do presidente da autarquia e suas respectivas diretorias.

Por meio da Resolução nº.27 de 06 de dezembro de 2011 e DOU nº.235 de 08 de dezembro de 2011, a Unidade Avançada do Incra em Altamira passa a ser vinculada diretamente à presidência do Incra, o que de certa forma comprometeu o acompanhamento e o controle das Ações daquela UA por esta UJ, consequentemente, comprometendo também boa parte da coleta das informações das Ações realizadas.

Embora o esforço da Autarquia, no sentido de promover a contratação de novos servidores, ainda não foi possível à direção disponibilizar profissionais nos serviços essenciais, tais como, engenheiro civil, e contador, sendo estas atividades desenvolvidas com apoio de servidores de outras Regionais e da sede da Autarquia, o que compromete sensivelmente o trabalho em razão da solução de continuidade.

A mudança de prédio do Incra, em junho do mencionado exercício, para o imóvel próprio – construído apenas dois dos três pavilhões previstos, conseqüentemente, culminando com uma inadequada acomodação do quadro de servidores da UJ, contribuindo para uma desmotivação generalizada.

A imensurável demanda junto a UJ por parte do MPF, PF, Vara Agrária, Justiça Federal e dos movimentos sociais, demonstram a real necessidade de se implantar na região do oeste do Pará, a curto prazo, uma força tarefa, no sentido de minimizar inclusive a pressão psicológica sofrida pelos servidores.

As considerações acima mencionadas contribuíram para um complexo controle das Ações desenvolvidas, acreditamos que com a estabilidade do gestor na função, a nomeação de novos servidores, a conclusão do pavilhão pendente do prédio, a criação de um GT específico com profissionais de outras regionais e da sede com experientes na região amazônica e um melhor comprometimento dos servidores concernente ao encaminhamento das informações, em tempo adequado, referentes as Ações da UJ facilitarão um bom desempenho da gestão.

Pelo exposto mediante as considerações ora apresentadas, entendemos que esta UJ necessitará de um prazo razoável para ajustar o RG/2012, conforme a legislação vigente, sobretudo, se considerarmos as numerosas demandas de trabalho e o reduzido quadro de servidores.

.

PARTE A-CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

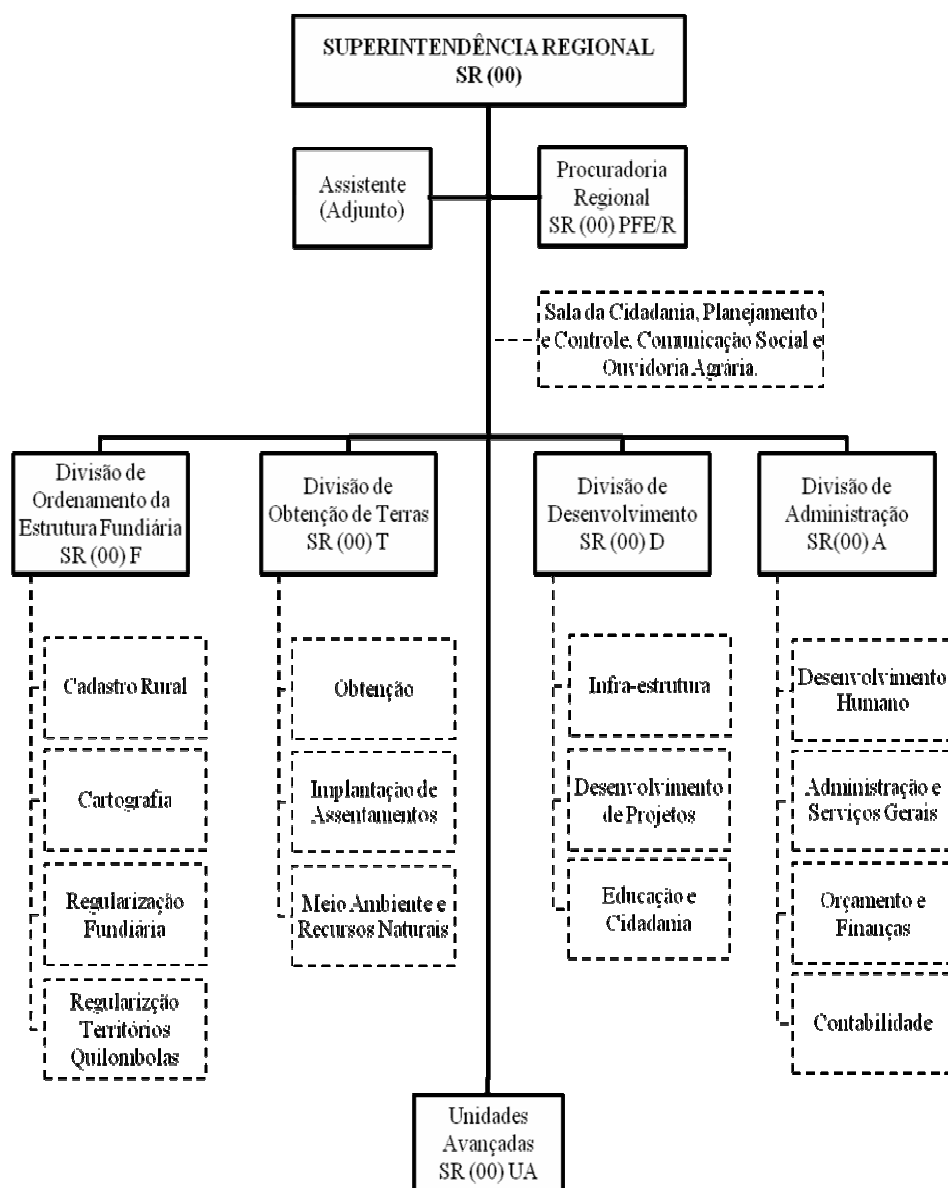
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Santarém-Pará			
Denominação abreviada: SR(30)STA			
Código SIORG: 22125	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 373037	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(093)3523 – 5381 / 1296 / 2875		
Endereço eletrônico: incra.sr(30)@sta.incra.gov.br			
http://www.INCRA.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Presidente Vargas, s/n Bairro de Fátima CEP:68.040-060			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria/Incra/P/nº.284, de 30 de maio de 2005, publicado no DOU nº.102, de 31 de maio de 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Inexistente			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373032	UA ALTAMIRA		
373034	UA MONTE ALEGRE		
373033	UA CACHIMBO		
	UA ITAITUBA - extinta pela direção da Autarquia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica na Natureza da UJ	Não se aplica na Natureza da UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373037	37201		
373032	37201		
373033	37201		
373034	37201		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O INCRA tem os direitos, as competências, as atribuições e as responsabilidades estabelecidas na Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização. Dentre suas Diretrizes Estratégicas, destacamos: "O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso a terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade".

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, aos quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, à programação, ao orçamento, à tecnologia da informação, à modernização administrativa e a garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

1.3 Organograma Funcional Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA nº 69 de 19/10/2006.



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme transcrição abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) - Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos

relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a)Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação.

b)Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações;

f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA.

c)Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e

submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de

ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira.

d)De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras.

III)Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação.

b)De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular.

c)De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial.

IV)À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-

governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

b)De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização.

c)De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES.

V)À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas

de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado.

b)De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos.

c)De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo.

d)De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.

VI)À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00))

- compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e

de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária.

b)Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos.

VII)Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização.

1.4Macroprocessos Finalísticos SR(30)F, T, e D

SR(30)F - Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária na vasta dimensão do território do estado do Pará, um estado marcado por um caos fundiário e com complexidade de ocupações.

Este problema fundiário, comum na Amazônia como todo, devia-se a falta de legislação específica e clara para a regularização dos imóveis nela contidos. Foi a partir daí que em 2009, por decisão governamental, editou-se a Medida Provisória 458/2009, convertida posteriormente na Lei 11.952/2009, estabelecendo novas bases para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal.

Com essa lei a divisão sofreu importantes modificações, as quais reestruturaram a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal, por meio da instituição do Programa Terra Legal, coordenado pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA, instituída por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009. Tal programa tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na região supracitada, uma das principais condicionantes para promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Portanto, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF/INCRA, a regularização fora da Amazônia Legal, e à SRFA a regularização de áreas no âmbito da Amazônia Legal.

A ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural tem como objetivo executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamentos, regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas. Ou seja, manter o controle do cadastro de imóveis rurais tanto públicos como de particulares, objetivando conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes.

Os formulários para cadastramento de imóveis são recepcionados pela Superintendência, bem como nas suas Unidades Avançadas e nas Unidades Municipais de Cadastramento (UMC), nas quais, prefeituras celebram Termo de Cooperação Técnica- TCT com a Superintendência para desenvolverem ações de recepção, análise e atualização dos imóveis rurais abaixo de 04 módulos fiscais no SNCR.

No âmbito da SR-30, 11 (onze) municípios mantêm TCT com o INCRA: Novo Progresso, Porto de Moz, Brasil Novo, Oriximiná, Almeirim, Aveiro, Itaituba, Belterra, Óbidos, Faro e Alenquer. Sendo que os 02 (dois) últimos tiveram, os TCT firmados no ano de 2011. Dentre esses, 02 (duas) desenvolvem ações de cadastro de imóveis de até 04 módulos fiscais, as demais sofrem com a falta de apoio das próprias prefeituras, como infraestrutura física mínima para seu funcionamento (computadores, mobiliário, internet, recursos humanos).

Outrossim, observa-se ainda que a meta estabelecida no Plano de Compromisso, ajustado ao Decreto nº. 7.680/2012 de 1.200 atualizações cadastrais foi atingida e ultrapassada, e o recurso utilizado de R\$ 4.210,95 foi abaixo do previsto (R\$11.430,00). Contudo, os relatórios dos 03 (três) últimos anos demonstram que o gasto não está diretamente ligado ao cadastramento de imóveis no SNCR, uma vez que não há utilização de recurso ao se cadastrar/atualizar imóveis no sistema. O gasto ocorre nas viagens de supervisão às UMC's, mas, no ano de 2012 havia apenas um servidor no Serviço de Cadastro e, por isso mesmo, não foi realizada nenhuma viagem de supervisão.

O recurso gasto na Ação 2105, no valor de R\$ 4.210,95, foi utilizado pela própria Divisão de Ordenamento para o pagamento de diárias a servidores do Serviço de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas. Já havia, todavia, a solicitação do recurso pelo Serviço Quilombola, de acordo com sua previsão, mas, no ato do empenho, o valor foi debitado da Ação 2105.

Isto posto, há que se mencionar a demanda de 285 processos de fiscalização na carga da SR30.

Não obstante a insuficiência de servidores no Serviço de Cadastro Rural para lidar com os processos de fiscalização, até o momento não há nenhum que seja treinado no tema.

A instrução processual não conta para a meta da Ação 2105, apenas o gerenciamento do imóvel: inclusão ou atualização cadastral. E isso só é possível depois de se concluir o processo de fiscalização.

Como entidade cadastral, o INCRA, através da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo.

A Divisão controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis.

Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

SR(30)D - Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento executar as ações de qualificação dos Projetos de Assentamento, integrando políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos assentamentos, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

No exercício 2012 as Ações da divisão foram:

O Crédito Instalação - tendo em vista as constantes mudanças nas chefias e na SR30, a demora na liberação dos recursos financeiros para atendimento das despesas correntes e para atendimento dos recursos que foram empenhados em favor das famílias beneficiárias, a insuficiência de servidores para atendimento das demandas expressas no PC, e adicionando-se a isso as constantes demandas judiciais e de órgãos de controle e fiscalização, além da deflagração do movimento paredista de junho a setembro do corrente, ocorridos estes que comprometeram consideravelmente a dinâmica desta ação. Temos a informar, porém, que esta regional atendeu, no que concerne à política de concessão de crédito, na modalidade apoio inicial a 390 (trezentos e noventa) famílias, totalizando R\$ 1.248.000,00 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil reais)e para a U.A Altamira fora disponibilizado o total R\$ 1.817.400,00 (um milhão oitocentos e dezessete mil e quatrocentos reais),

que somados referem-se a 3.065.400,00 (Três milhões e sessenta e cinco mil e quatrocentos reais) No entanto, as informações contidas no SIAFI gerencial o volume de recursos disponibilizados a esta Regional somam R\$ 3.398.200,00 (Três milhões trezentos e noventa e oito mil e duzentos reais) determinando uma diferença de R\$ 332.800,00 (trezentos e trinta e dos mil e quatrocentos reais).

Um dos grandes desafios da operacionalização do programa de crédito instalação na circunscrição da SR-30 são os meios de transporte, tanto para a entrega, quanto para a fiscalização dos materiais e produtos, isso é decorrente do ciclo natural de regime pluviométrico característico da região, isto é em determinados períodos em função da vazante do rio, muitos PA's ficam totalmente isolados, impossibilitando em praticamente 6 meses o atendimento àquelas famílias.

Quanto a ação de fiscalização -20S7 esta Regional supervisionou, no exercício, o total de 848 créditos, superando em 71 da meta estabelecida.

Lembrando que a UJ, possui um passivo de mais de 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) em conta depositadas em favor dos beneficiários que ainda não foram operacionalizados, devido principalmente a capacidade operacional insuficiente. Fora esta situação, temos informar ainda que há recursos depositados em conta de projetos de assentamentos interditados judicialmente e/ou óbices judiciais.

Infra-estrutura - Quanto se trata se implantação de infra-estrutura básica, esta Regional apresenta muitas dificuldades, que podem assim apresentar-se;

- 1- Ausência de servidores habilitados tecnicamente na Superintendência para responder, acompanhar, fiscalizar, monitorar as obras em execução.
- 2- A portaria que designou servidores para acompanhar e fiscalizar os contratos e convênios de obras de infra-estrutura são servidores de outras regionais, e que não atendem nos desdobramentos administrativos diários.
- 3- A demanda acumulada que não poderá ser atendida em função do item1. Esta situação aumenta consideravelmente a pressão dos beneficiários sobre a Superintendência.
- 4- As informações concernentes ao acompanhamento das obras, não são disponibilizadas integralmente, ficando boa parte, retida com os integrantes da portaria mencionada acima.

No entanto, esta Regional recebeu através de relatório técnico, a construção/complementação de 32,68 km de estradas vicinais no PA Paraíso no município de Rurópolis. Vale ressaltar, que apesar de entrega técnica, a ultima parcela não fora paga e trata-se de exercícios anteriores.

Quanto ao cumprimento de meta, apenas um convênio foi celebrado que beneficiará 1360 famílias, no assentamento do Município de Anapu.

ATES - quanto ao serviço de ATES, as dificuldades repetem-se quanto a insuficiência de servidores, adicionando a isto a falta de capacitação para o desempenho das atividades inerentes ao setor. Contudo, foram atendidas 532 famílias através de chamada publica no município de Anapu em dezembro de 2012, atendendo parcialmente a meta do exercício que era 1.468 famílias.

Nos municípios de circunscrição da UJ, não houve atendimento as famílias previstas no Plano de compromisso. Porém, esta organizou oficinas, seminários para discussão do formato de assistência técnica mais adequada à realidade dos municípios e assentamentos, além de que organizou a primeira oficina de manejo de fauna para assentados, empresas de assistência técnica e interessados.

Ainda do convenio com a Emater de exercícios anteriores, foram recepcionadas cerca de 22 PDA/PRA, que aguardam análise para recebimento por parte da UJ.

Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em PA - nesta ação, a SR30 repete a situação anterior registrada, ou seja não houve emissão de títulos nesta regional no exercício em questão. Tal situação decorre, além dos problemas gerais já citados anteriormente, da falta de estruturação deste serviço nesta Regional. A saber:

1. Não há servidores com o conhecimento e habilitação necessária conforme normativos e saberes específicos do setor para dar vazão às demandas internas. A pesar de que o único servidor do setor ter participado de capacitação na sede para exercer as atividades deste;
2. Não há espaço físico disponível nesta regional, nem mesmo materiais de expediente adequados para dar conta do volume de demandas deste setor. Atualmente o setor encontra-se em uma sala improvisada onde antes funcionava a reprografia;
3. Por conta dos motivos acima elencados, houve um enorme acumulo de demandas reprimidas neste setor o que requer a efetivação de uma força tarefa para dar conta de tal aglomerado;
4. Quanto à meta para emissão de títulos, 666 famílias, estas deveriam ter sido atendidas por esta Sr, porém, pelos motivos acima descritos não foi possível fazê-lo.

Quanto à Ação supervisão ocupacional de lotes - esta regional programou neste exercício, 12 Projetos de Assentamentos, porém com o movimento paredista iniciado em junho e as constantes mudanças de gestão nesta SR, além da demora na liberação dos recursos financeiros, e o pouco número de servidores lotados neste serviço, ocorreu a revisão em apenas um PA. Trata-se esta revisão do PA Areia, localizado no município de Trairão. O trabalho foi realizado por duas equipes que vistoriaram um total de 275 lotes num período de 75 dias. Além desta vistoria, foram realizadas vistorias pontuais, ou seja aquelas demandas por órgãos de fiscalização e controle, demandas judiciais e caso de violência ou ilícitos ambientais. Ainda em relação a este setor foi realizado um trabalho de acompanhamento do status de regulares caracterizados por ocasião das vistorias de situação ocupacional em exercícios anteriores a fim de orientar a efetivação de políticas públicas àquelas famílias. Ainda foi realizado levantamento prévio de concentração de lotes no PA Ypiranga, com o fulcro de orientar futura ação de supervisão ocupacional. Esta foi realizada por força de constantes denúncias de invasões e ameaças de morte ocorridas naquele PA.

Terra Sol - embora não tenha havido, efetivamente, nenhuma ação neste serviço, alguns projetos foram recepcionados e analisados por esta SR. Porém, não se encontravam em conformidade com os normativos orientadores do serviço.

Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos – esta Ação há de se considerar as afirmativas constantes no relatório de 2011. Porém, houve o início do Geocadastro do PA Socó I, onde foi empregado o valor de R\$ 17.530,15, beneficiando um total de 180 famílias. O termo Geocadastro pode ser entendido como sendo a identificação das áreas individuais ocupadas em PA não demarcados e a família ocupante da respectiva.

Fundamental importância, tendo em vista que servira de orientador ao posterior trabalho de demarcação individual das parcelas, e é parte integrante da matriz de compensação coletiva entre a mineradora Alcoa, Apras, Incra e SRFA e MPE

Relevante esclarecer que os serviços de georeferenciamento de perímetro em projetos de assentamento estão sendo realizados em parceria INCRA/SR30 e SRFA (Terra-Legal). Embora ainda não tenham sido encaminhados a esta UJ o resultado dos trabalhos.

1.5 Macroprocessos de Apoio – SR(30)A

SR(30)A Divisão de Administração compete, de acordo com o Regimento Interno da Autarquia, coordenar e supervisionar a execução das atividades de: Desenvolvimento Humano; Contabilidade; Administração e Serviços Gerais; e Orçamento e Finanças.

Tais atividades compreendem a execução dos serviços meio da Superintendência, que dão suporte a efetivação dos Programas e Ações das Divisões de atividades fins, bem como administrar um quadro de servidores efetivos, estagiários e terceirizados, sendo em serviço de vigilância, na limpeza e funcionários de apoio administrativo técnico e operacional. Com exceção dos terceirizados de apoio administrativo técnico e operacional, são lotados em Santarém, e demais também distribuídos entre a Sede da Superintendência e as Unidades Avançadas.

A divisão passou por mudanças de gestores, além de possuir reduzido número de servidores em seu quadro, com inclusive, ausência de contador.

1.6 Principais Parceiros -

Dentre as instituições parceiras a relação próxima com a UJ é o IPAM – Instituto de Pesquisa da Amazônia. Por meio da parceria, em exercícios anteriores foram elaborados diversos BP e apoio a PU, em assentamentos de várzea, esses produtos da parceria contribuíram com o encaminhamento junto à Sema da solicitação de diversas licenças ambientais, bem como com os instrumentos de gestão nos PAE de várzea, por parte dos próprios beneficiários.

A UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, sempre que possível, cede suas instalações para a realização de eventos da UJ, assim como a OAB local.

Algumas prefeituras possuem uma relação mais próxima com a UJ, o que facilita a divulgação de algumas Ações do Incra naqueles municípios e colaboram com a celebração de convênios para a implantação de obras de infraestrutura, bem como, com as Unidades Municipal de Cadastro - UMC

Os STTR de alguns municípios também são um forte aliado na parceria, prestando serviços de articulação para reuniões, bem como esclarecendo nas localidades as principais políticas de ação do Incra, ao mesmo tempo que reivindicam suas necessidades prioritárias.

Os Agentes financeiros BB, BASA e mais recentemente a Caixa Econômica são uma parceria relevante no âmbito de algumas ações parceiras. Participam de reuniões e colaboram para dirimir dúvidas dos beneficiários da reforma agrária.

2.Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Regional SR(30) disponibilizou em 2012 a quantia de 691 créditos distribuídos nas modalidades Apoio Inicial, fomento, apoio mulher, aquisição de material de construção, ao mesmo tempo que supervisionou a quantidade de 848 créditos de aplicações de exercícios anteriores, constatou o recebimento de 354 casas em diversos PA, excluído-se desses números as diversas obras e créditos apoios em processo de finalização de sua aplicação, que deve se dar ainda no primeiro semestre de 2013.

A aplicação dos recursos em implantação/recuperação de estradas vicinais vem viabilizando o escoamento das produções nos projetos de assentamentos, tendo-se concluído em quase a totalidade as obras iniciadas em exercícios anteriores a 2010, além de uma proposta de convênio assinados em meados de 2012. Com relação aos investimentos em energia elétrica, apenas de exercícios anteriores, embora as obras tenham sido concluídas e o objeto atendido, até o momento, não foram aceitas pelo Incra e a análise de prestação de contas dos convênios sugerem uma TCE.

Além destas orientações estratégicas acima descritas, buscamos a continuidade do processo de ordenamento fundiário na região, tais como cadastramento de assentamentos; glebas; certificação de georreferenciamento de imóveis; e a retomada de ações em áreas de destinação mais antiga cujos

processos de titulação ainda não estão concluídos. A Revisão Ocupacional, seguindo as normativas da IN 47, em projetos de assentamento mais antigos também continuou, conforme já vinha sendo realizado a partir de 2009, como prioridade estratégica até o ano de 2012.

Da mesma forma, priorizou-se a promoção dos RTID nas áreas quilombolas.

As ações de regularização fundiária, na SR(30) busca empreender um diálogo constante, visando uma consonância e agregação de forças com o SRFA-01, divisão estadual do programa Terra Legal no Oeste do Pará, criado a partir da Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, e que teve como objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na região da Amazônia Legal, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, e consequentemente a inclusão dos agricultores familiares nas políticas públicas do Governo Federal, uma das principais condicionantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

2.2Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O exercício 2012 foi sem dúvida o ano de maior desafio para garantir a execução das Ações da UJ frente aos seus objetivos estratégicos, pois com quatro alternâncias de gestor e mais uma greve de servidores, por um período de três meses, os superintendentes tiveram sérios problemas na condução das tarefas.

A desmotivação generalizada por parte dos servidores que não alcançaram seus objetivos reivindicatórios frente ao governo federal, o contingenciamento dos recursos orçamentários e o forte corte no orçamento da Autarquia, também somaram para as dificuldades dos gestores.

Mesmo assim, as atividades foram sendo encaminhadas dentro de um possível entendimento entre a inconstância dos gestores no cargo e os servidores do Incra.

2.3Execução do Plano de Metas ou de Ações

Ainda assim, foram contabilizados do plano de compromisso assumidos: o assentamento de 1.485 famílias; o protocolo de 03 licenças ambientais junto a Sema e a renovação de 10 LP; a celebração de um convênio para a implantação de 79,57 km de estradas vicinais; a contratação de Ater para 532 famílias; o gerenciamento e fiscalização de 1.741 imóveis rurais; expedição de Certificado de Cadastro Rural/CCIR; a certificação de imóveis rurais ; a expedição de 141 DAP provisórias visando a comercialização de produtos por parte dos agricultores envolvidos no processo; a supervisão de 848 créditos instalação e a constatação de recebimento de 354 casas construídas com o crédito instalação

modalidade aquisição de material de construção; a vistoria de 355 imóveis rurais, totalizando 71.786,6155 hectares distribuídos nos três territórios da SR(30): Baixo Amazonas, BR-163 e Transamazônica, visando a elaboração da planilha de preços referenciais de terras; a promoção de 1.750 documentos pessoas do programa documentação de mulheres; 28 reuniões para tratar da resolução de conflitos nos municípios do território de baixo amazonas; e a conclusão de um RTID, aguardando apenas pela certificação por parte da Fundação Palmares para posterior publicação pela UJ.

O Plano de Compromisso 2012 traz como meta física o reconhecimento e delimitação de áreas quilombolas de no mínimo a quantidade de 163 hectares, meta essa que não foi alcançada por esta SR. Para o não alcance dessa meta muitos fatores contribuíram negativamente, como a greve dos servidores do INCRA que consumiu boa parte do exercício de 2012, a insuficiência de servidores no setor e a constante mudança de gestor da Superintendência. Além mais, para algumas comunidades, o INCRA, através de empresa contratada, estava iniciando os estudos para elaboração do Relatório Antropológico (Moura, Jamary e Arriranba).

Para aqueles cinco relatórios antropológicos concluídos em 2011(Maria Valentina, Murumuru, Murumurutuba, tiningu e Peróla do Maíca), havia uma previsão de levantamentos para elaboração do RTID por todo o exercício de 2012, porém só foi possível iniciar esse trabalhos já no final de 2012 na comunidade de Murumuru, em virtude da greve dos servidores do INCRA

Arapemã, Saracura já publicado seu reconhecimento em 2010 e Bom Jardim publicado a Portaria de reconhecimento em 2011. Como se percebe, a PO de 2010 e a PO 2011 já mencionava essas comunidades como prioridade para a conclusão de reconhecimento e titulação. Evidência clara da continuidade dos atos, procedimentos e etapas no transcorrer dos anos até, de fato, alcance da portaria, do decreto de interesse social e, enfim, da titulação da área. Como se percebe, de difícil concretização em um único exercício, motivo suficiente para se questionar a meta física estabelecida: número de titulação por ciclo ou área reconhecida

Há outras atividades que em termos práticos significam execução de levantamentos e estudos multidisciplinares complexos com a finalidade de produzir o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID das comunidades quilombolas , bem como dar atendimento as denúncias e apuração de degradação ambiental e desrespeitos a acordos entre quilombolas e os não quilombolas, e ainda as apurações de denúncias propostas pelo Ministério Público Federal. Os recursos desta ação também são destinados para aluguel de barcos, lanchas, compra de combustível e outras despesas com matérias de expediente e pagamento de diárias à policiais federais a fim de que haja viabilidade de deslocamento até aquelas comunidades. Em fim, a meta estabelecida no plano de compromisso não foi alcançada, porém os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas atividades de

Reconhecimento, Delimitação e acompanhamento das atividades do Setor com vistas à publicação de RTID no exercício seguinte.

Relatório de atividades do Serviço Quilombola 2012:

ORDEM	DATA	ATIVIDADE
01	15 a 22/03/2012	Apresentação da Equipe da Empresa contratada para elaboração dos relatórios antropológicos na comunidade de -----, município de Oriximiná.
02	23 a 27/05/2012	Diligência a Comunidade de Muratubinha e Mondongo no Município de Óbidos, atendendo ao MPF Of. 88 e 302..
03	18/06/2012 a 17/09/2012	GREVE NACIONAL DOS SERVIDORES DO INCRA
04	24/10 a 06/11/2012	Vistoria/ Levantamento Fundiário no Território Ariramba, Oriximiná/Óbidos.
05	19 a 23/11	Inícios dos trabalhos no Território do Murumuru. Levantamento Fundiário (coordenadas dos vértices dos limites) e cadastramento das famílias.
06	28/11 a 05/12/2012	Atendimento ao MPF, Suporte a escolta da Polícia Federal e Força nacional, bem como acompanhamento a equipe de antropologia, ao Território Ariramba
	17 a 21/12	Continuação dos trabalhos no Território do Murumuru. Levantamento Fundiário (coordenadas dos vértices dos limites) e cadastramento das Famílias.

2.4Indicadores

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Frequência de ocorrência	Natureza	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado		Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0,00%
							Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
							Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Frequência de ocorrência	Natureza	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								

Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].</u>	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0,00%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	0,00%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	172%
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado

Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento										
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	$\frac{\text{(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação)}}{\text{multiplicada por 100.}}$	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	23,84%		
							☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipa.			
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	$\frac{\text{Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.}}{\text{}}$	· Quantidade de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	Não temos acesso a esta informação.		
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado		
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento										

Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	100%	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	100%	
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0,00%	
Indicador	Descrição	Agregação		Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa									
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil		Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	16,40%

ndice de horas de capacitação	Expr essa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	esultado	or exercício	oras/funcionário	H Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	10,75
ndice de aprovação de Convênios	Expr essa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	esultado	or exercício	ercentagem	P (Quantidade de de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	□ SIAFI e SICONV	0,00%

O principal indicador no controle e acompanhamento das Ações dessa UJ refere-se ao módulo monitoramento e avaliação do SIR, sistema informatizado implantado pela direção da Autarquia que permite em tempo real/mensal, que os gestores acompanhem o desenvolvimento das Ações, podendo, dependendo de cada justificativa redirecionar o rumo dos trabalhos, visando alcançar um melhor resultado das atividades, sobretudo de campo.

3.Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1Estrutura de Governança

O controle de governança, até o momento, vem sendo conduzido mediante a demanda discutida no comitê de decisão regional – CDR, normalmente a deliberação do CDR é em encaminhar determinada demanda para uma apreciação do setor jurídico da UJ, posteriormente, dependendo do caso, e da orientação daquele setor, oficializa-se a direção da autarquia, solicitando apoio de profissional habilitado, caso não haja disponibilidade na UJ.

3.2Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle						
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x		
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x				
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x		
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x				
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x		
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x				
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x		
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		x				
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x				
Avaliação de Risco						
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x				

11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.		x			
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação					
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento					
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		

Análise Crítica:

A maior parte dos elementos avaliados por esta UJ sofrem influência da reduzida capacidade operacional e considerável demanda de passivos que acumulam-se desde a época de sua vinculação a UJ de Belém (Incra SR(01). Some-se a isto a ausência de um modelo de gestão homogêneo, tanto da alta hierarquia quanto das regionais, e também, a insuficiência na articulação concernente a estes modelos

É relevante salientar que esta Regional não possui grupos oficialmente formados para procederem as ações de monitoramento e controle internos exigidos em normativos, sendo estas ações promovidas pela sede da Autarquia.

Escala de valores da Avaliação:

- minoria.**
- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua**
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- maioria.**
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua**
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Sistema de Correição

Por razões de insuficiência de servidores, esta gestão ao tomar ciência de possíveis irregularidades, oficializa o setor jurídico e conforme orientação, dependendo da gravidade do tema, encaminha para ciência da direção da Autarquia, no sentido de promover a abertura de sindicância, ou PAD.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em razão do excesso de atribuições de um dos responsáveis pela condução/consolidação das informações para a elaboração deste RG, não foi possível observar nos expedientes encaminhados a este serviço de planejamento resposta concernente a este tema, mas entendemos que a direção da Autarquia responsável pela promoção das correições possui maior competência para atender o item, uma vez que as aberturas de sindicância e PAD são conduzidas por aquela sede.

4.Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066

4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012

4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.248,00	4.210.95	4.210.95	0	0	4.210.95	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	1200	2010	11.430,00	4.210.95

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reinscrito	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado	0	5.303,43	0	0	5.303,43

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

ESTA AÇÃO VEM SENDO REALIZADA PELO TERRA LEGAL

**Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO**

**Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426
ESTA AÇÃO VEM SENDO DESENVOLVIDA PELO TERRA LEGAL**

Quadro A.4.4.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
175.659,90	174.214,85	174.214,85	729,16	0,00	173.485,69	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	35.500,0000	0	177.200,00	174.214,85

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reinscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada		8.732,94	0,00	899,36	7.833,58

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Embora com meta zero nesta Ação, foram realizadas vistorias para pesquisa de preços referenciais de terras - PPR em 20 imóveis rurais, culminando com um montante de área superior à 50mil hectare. Os trabalhos de campo foram concluídos aguardando apenas pelo relatório conclusivo.

Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação	
Código	8384

Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
163.805,00	159.035,10	159.035,10	2.489,18	0,00	156.545,92	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	1500	1.485	221.122,00	159.035,10

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins.	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada		1.242,57	0	0	1.242,57

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Parte das famílias homologadas haviam sido cadastradas no exercício de 2011, aguardando pela consulta dos nomes junto aos órgãos competentes.

Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
28.743.784,00	28.615.200,00	3.398.200,00	0,00	25.217.000,00	3.398.200,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.278	1.062	28.743.784,00	3.398.200,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reinsc	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		40.195.600,00	19.718.600,00	1.161.600,00	19.315.400,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
389.672,50	367.115,99	352.471,48	4.861,20	14.644,51	347.610,28	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	777	848	349.673,00	352.471,48

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação					
Código	8396				
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento				
Iniciativa	01EP				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.870.140,00	4.848.840,38	4.827.869,57	98,76	20.970,81	4.827.770,81

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.360	0	9.994.900,00	4.827.869,57

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		50.495.381,96	10.960.161,48	18.622.201,73	20.913.018,75

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Apenas um convênio celebrado, foi pelo Incra da UA/Altamira, no Município de Anapu. Obra em execução.

Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
19.500,00	17.530,15	17.530,15	0,00	0,00	17.530,15	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	53	0	19.500,00	17.530,15

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida		523.072,07	0	523.072,07	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Embora a meta seja zero, foram realizados levantamentos no PA Socó I, visando o georeferenciamento do perímetro via parceria com a mineradora Alcoa. Também em parceria com o

programa Terra Legal, pelo menos 09 (nove) PA estão em execução para a demarcação dos perímetros.

Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
16.963,00	12.286,78	12.286,78	0	0	12.286,78	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	3	0	25.000,00	12.286,78

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado		2.516,00	2.516,00	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Embora com zero na meta física – parte do recurso foi para deslocamento de servidores a Belém, visando formular o planejamento do PPCADI (assentamentos verdes)

**Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO**

Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação			
Código	4358		
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento		
Iniciativa	01EU		
Unidade Responsável	INCRA		
Unidade Orçamentária	22201		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Provisão Recebida	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
154.453,48		133.265,80	133.265,80	864,93	0	132.400,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	0	0	154.453,00	133.265,80

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Embora a meta estabelecida seja zero, houve diversos deslocamento de equipes para a realização de supervisão ocupacional, visando a identificação de beneficiários sujeitos a receberem seus documentos de titularidades.

Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.010,56	12.558,41	12.558,41	0	0	12.558,41	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	3	3	45.573	12.558,41

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado		29.726,66	19.431,54	7.713,98	2.581,14

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
21.900,05	19.672,40	19.072,40	811,55	600,00	18.260,85	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0	0	21.900,00	19.072,40

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado		0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

NÃO HOUVE META FÍSICA PARA ESTA AÇÃO.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação	
Código	4470
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
Iniciativa	01CB
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.514.600,00		1.514.422,14	10.422,14	0,00	1.504.000,00	10.422,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	1.468	532	1.514.000,00	10.422,14

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida	0	9.479,97	0	0	9.479,97

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta Ação reporta-se a uma chamada pública para contratação de ATER visando atender 532 famílias em PA localizados no Município de Anapu, entretanto, esclarecemos que concernente aquela UA/Altamira não foi possível coletar todas as informações necessárias para alimentarmos o módulo monitoramento, inclusive consulta junto ao Siafi, pois a mesma a partir de dezembro de 2011, por força de uma Resolução presidencial da Autarquia, reporta-se diretamente àquela direção.

Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859
NÃO HOUVE META PARA ESTA AÇÃO

Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação					
Código	20T1				
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas				
Iniciativa	047A				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

65.279,50		64.351,88	64.351,88	1.244,59	0,00	63.107,29
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	163	0	65.280,00	64.351,88

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos+reins	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Embora com zero de meta – foi promovido pela UJ a elaboração de um RTID aguardando apenas pela certificação pela Fundação Palmares, para posterior publicação pelo Incra.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA –

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Programa 2120 (responsabilidade MDA)

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação	
Código	2000
Descrição	Administração da Unidade
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.163.750,56	3.044.772,41	2.740.619,82	11.218,23	304.152,59	2.729.401,59	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Administração da Unidade	0,00	-	-	3.505.969,00	2.740.619,82

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
70.981,32	64.696,13	64.696,13	0	0	64.696,13	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Capacitação de Servidores	Servidor capacitado	22	7	45.114,00	64.696,13

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes (SEDE)

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital (SEDE)

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

4.2.2.4 Análise Crítica

4.2.3 Programação de Despesas

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores
em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	0	45.312,26	0	45.312,26
b) Tomada de Preços	0	127.002,00	0	127.002,00
c) Concorrência	0	782.721,75	0	782.721,75
d) Pregão	2.534.941,90	3.663.490,07	2.534.843,14	3.663.490,07
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	882.495,83	1.132.411,74	872.194,96	1.132.411,74
h) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	178.550,93	238.514,76	178.550,93	238.514,76
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	0	0	0	0
k) Diárias		986.139,42		961.028,15

	849.000,07		835.497,43	
5. Outros	0	0	0	0
6. Total (1+2+3+4+5)	-		-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores
em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Nome 1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes								
339039	2.791.056,56	2.490.387,62	1.080.452,68	1.842.549,47	1.710.603,88	647.838,15	1.070.151,71	1.818.475,10
339037	1.693.082,64	13.812,00	1.643.263,77	13.812,23	49.818,87	0,00	1.643.263,77	13.812,23
333014	852.954,74	986.139,00	849.000,07	986.139,42	3.954,67	0,00	835.497,43	961.028,15
Demais elementos do grupo	941.298,00	1.510.770,26	857.292,52	1.244.883,15	84.005,48	265.887,11	857.193,76	1.200.468,15
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
444041	4.750.000,00	27.324.321,07	4.748.300,82	0,00	1.699,18	27.324.321,07	4.748.300,82	0,00
449051	28.860,73	120.490,30	28.860,73	22.656,12	0	97.834,18	28.860,73	22.656,12
449052	10.230,00	1.969,00	7.900,00	0,00	2.330,00	1.969,00	7.900,00	0,00
Demais elementos do	0	289.709,19	0	289.709,19	0	0,00	0	289.709,19

grupo								
5 – Inversões Financeiras								
459066	28.615.200,00	24.111.200,00	3.398.200,00	4.334.600,00	25.217.000,00	19.766.600,00	3.398.200,00	3.697.200,00
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

4.2.4.2.3 Análise Crítica

O que mais chama a atenção são os valores empenhados do item 5 do quadro – inversões financeiras para a ação de crédito instalação, em razão do significativo valor de recurso empenhado, quando comparado com o valor pago, tanto no exercício 2011 quanto em 2012 . Dentre as principais razões entendemos ser o contingenciamento do recurso, bem como a falta do recurso financeiro em tempo hábil por parte do governo federal.

A ausência de profissionais engenheiro civil no quadro da UJ, pode justificar a pouca aplicação do recurso, referente ao item 4 do quadro.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

CONFORME CONSULTA Siafi 2012 –balancete contábil -5.2.3.3.1.18.00- obrigações por insuficiência créd/recurso não foi identificado saldo de reconhecimento de passivo.

5.1.2 Análise Crítica

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	742.100,64	0,00	67.683,87	674.416,77
2010	104620,87	0,00	0,00	104.620,87
2009	679.998,07	0,00	0,00	679.998,07
2008	503.787,19	248.787,19	0,00	255.000,00
2007	398.439,45	302.650,03	95.789,42	0,00
2006	595.952,28	563.269,67	32.682,61	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	48.185.918,96	196.810,28	11.950.372,38	36.038.736,30
2010	43.463.506,91	30.669.207,43	12.794.299,48	0,00
2009	129.202.512,16	104.145.430,98	22.931.487,14	2.125.594,04
2008	228.336.727,57	175.200.395,45	52.449.319,89	687.012,23
2007	36.646.353,67	24.924.022,19	11.722.334,48	0,00
2006	70.596.733,24	32.856.613,06	37.740.120,18	0,00

Fonte: **SIAFI**

5.2.2 Análise Crítica

A cada ano esta UJ tem recebido uma provisão orçamentária bastante superior ao recurso financeiro efetivamente disponibilizado, o que tem gerado um acúmulo de inscrição de RAP. A insuficiência de recurso financeiro tem limitado, inclusive, o pagamento dos processos inscritos em RAP.

Quanto à reinserção dos RAP 2008/2009 no quadro, as recomendações referentes aos seus cancelamentos constantes no manual Siafi serão atendidas, somente, no exercício 2013, em razão da nomeação dos novos servidores habilitados, inclusive com o preenchimento do cargo de contador, cargo este vago desde o exercício 2010, em função da aposentadoria do profissional à época.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30									
CNPJ: 00.375.972/0042-39				UG/GESTÃO: 373037/ 37201					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	543845	05572870000159	2.052.714,55	186.610,41	0	788.037,04	09/01/2006	08/10/2012	1
1	543847	05572870000159	922.212,94	83.837,54	0	838.375,38	09/01/2006	08/10/2012	1
CONVEIOS CADASTRADOS NO SICONV									
1	743699	04838793000173	1.400.078,28	56.003,13	1.344.075,13	1.344.075,13	01/07/2010	16/09/2012	1
Convênios Cadastrados no SICONV – U. A. DE ALTAMIRA- UG 373032/37201-CNPJ 00.375.972/0027-08									
1	764631	01613194000163	1.632.653,06	32.653,06	1.600.000,00	1.600.000,00	02/01/2012	31/01/2012	1

Convênios Cadastrados no SICONV – U. A. DE ALTAMIRA- UG 373032/37201-CNPJ 00.375.972/0027-08									
1	763136	01613194000163	945.065,92	18.901,32	926.164,60	926.164,60	25/01/2012	24/01/2013	1
1	763143	01613194000163	773.107,19	15.462,14	516.953,47	516.953,47	25/01/2012	24/01/2013	1
1	763147	01613194000163	1.366.857,65	41.005,00	1.325.852,65	1.325.852,65	25/01/2012	24/01/2013	1
1	763149	34593541000192	727.750,21	14.555,00	713.195,21	713.195,21	25/01/2012	24/01/2013	1
1	763150	34593541000192	887.789,11	17.755,78	870.033,33	870.033,33	25/01/2012	24/01/2013	1
1	763152	05421110000140	940.012,01	18.800,24	921.211,77	921.211,77	25/01/2012	24/01/2013	1
1	763153	01611858000155	917.009,07	18.340,18	898.668,89	898.668,89	25/01/2012	24/01/2013	1
1	764097	34887950000100	939.079,46	18.781,59	920.297,87	920.297,87	25/01/2012	24/01/2013	1

1	764124	34593525000108	936.903,50	18.738,07	918.165,43	918.165,43	25/01/2012	24/01/2013	1
1	764134	22981427000150	949.959,22	18.999,18	930.960,04	930.960,04	25/01/2012	24/01/2013	1
1	764631	01613194000163	1.632.653,06	32.653,06	1.600.000,00	1.600.000,00	02/01/2012	31/12/2012	1
1	769264	01613194000163	4.845.204,93	96.904,10	4.748.300,82	4.748.300,82	21/06/2012	20/06/2013	1
LEGENDA Modalidade: 1-Convênio 2-Contrato de Repasse 3-Termo de Cooperação 4-Termo de Compromisso					Situação da Transferência: 1-Adimplente 2-Inadimplente 3-Inadimplência Suspensa 4-Concluído 5-Excluído 6-Rescindido 7-Arquivado				

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional de Santarém SR-30					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	373037/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	05	02	02	-	* 1.633.784,32	5.657.988,92
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	05	02	02	-	1.633.784,32	5.657.988,92

Fonte:

*Valor totalizado, considerando o pagamento da dívida de exercícios anteriores por decisão judicial, que foi da grandeza de R\$ 289.709,19, através da 2011OB801133 de 05-09-2011-Inscrição no SIAFI nº 560101-Proc.54501.000583/2006-51 (Elias Silva contador)

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional de Santarém SR-30					
CNPJ: 00.375.972/0042-39			UG/GESTÃO: 373037/37201		
Modalidade	Qtd. De Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	07	13.319.253,86	0	13.319.253,86	0
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-

Totais	07	13.319.253,86	0	13.319.253,86	0
---------------	----	---------------	---	---------------	---

Fonte: SIAFI

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: U.A. DE ALTAMIRA					
CNPJ: 00.375.972/0027-08			UG/GESTÃO: 373032/37201		
Modalidade	Qtd. De Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	11	14.228.738,27	13.689.804,08	0	100
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	11	14.228.738,27	13.689.804,08	0	100

Fonte: SIAFI

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	5.645.111,69	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	06	-	-
		Montante Repassado	11.330.081,18	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	168.714,10	-	-

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIAFI/SICONV					

Essas informações não contemplam a UA Altamira

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			2	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	-
			Contas Não Analisadas	0	-
		Montante Repassado (R\$)		0	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	2	-
			Montante Repassado (R\$)	5.645.111,69	-
2011	Quantidade de contas prestadas			06	-
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	0	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de		
				0	-

		TCE		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	06	--
		Montante repassado (R\$)	11.330.081,18	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas		01	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	-
		Quantidade Reprovada	0	-
		Quantidade de TCE	0	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	-
		Montante Repassado	168.714,10	-
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	17	-
		Montante Repassado	22.418901,64	-
Fonte:				

A prestação de contas apresentada em 2012 no valor de R\$ 5.451.093,12, apresentada pela EMATER, refere-se ao convenio registrado no SIAFI nº 651976, concedido exercício 2008 e valor de R\$ 194.018,57, apresentada pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa, convenio registrado no SIAFI nº543845, referente a 3ª parcela repassada, referente ao exercício de 2006. Totalizado R\$ 5.645.111,69 (Elias Silva)

5.3.6 Análise Crítica

Concernente a convênios, esta UJ ainda não possui um núcleo de convênios que trate exclusivamente da prestação de contas, e as análises de prestação de contas são realizados por servidor de outra Regional, o que compromete o fluxo normal dos encaminhamentos.

A UJ continua solicitando junto à direção da Autarquia o apoio de servidores habilitados para tratar as pendências passivas e atuais.

Há a previsão de nomeação de novos servidores, inclusive contador para o próximo exercício, porém , terão que passar por uma capacitação específica. Dessa maneira, a UJ ainda permanecerá solicitando o apoio mencionado, em razão da demanda significativa dessas ações.

5.3.7 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.7.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
373037	Superintendência Regional de Santarém-SR-30	-	32.030,60	111.857,98	143.888,58
UG 2	-	-	-	-	-
UG 3	-	-	-	-	-
UG n...	-	-	-	-	-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	32.030,60	111.857,98	143.888,58

5.3.7.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

5.3.7.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

**Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo
por UG e por Portador**

Valores
em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG	600.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Banco do Brasil S/A	00000000000191	-	-	5.257,33	5.257,33
Danilo Hoodson Barbosa Farias	01169431496	36.000,00	370,00	18.632,27	19.002,27
Elias Andre da Silva	01460471253	36.000,00	4.770,60	10.199,65	14.970,25
Paulo Leoncio Ribeiro	02298783268	36.000,00	-	2.854,25	2.854,25
Jair dos santos Moura	07258046291	36.000,00	-	1.478,09	1.478,09
Raimundo Carvalho Saboia	05979323368	70.028,00	1.800,00	5.206,41	7.006,41
Edno José Almeida Pereira	06446710259	36.000,00	-	1.580,02	1.580,02
Valdelino Rabelo Alves	18621228220	47.501,00	4.700,00	14.950,37	19.650,37
Auriledo Almeida de Melo	20598777253	35.773,00	6.000,00	8.697,74	14.697,74
Maria Neco Alves	22481680200	130.900,00	2.800,00	13.687,16	16.487,16
Marcial Cano da Moto	32222335191	36.000,00	2.190,00	4.171,12	6.361,12
Sueli Maria Machado Pinto	38801159234	36.000,00	9.400,00	21.452,43	30.852,43
Eloi Farias de Oliveira	08204977204	36.000,00	-	264,01	264,01
Marcio Piero Ely	88101134115	36.000,00	-	3.427,13	3.427,13
Total Utilizado pela UG			32.030,60	111.857,98	143.888,58
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte:

5.3.7.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores
em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	22	32.030,60	27	111.857,98	143.888,58

2011	-	-	40	76.530,00	40	121.262,41	197.792,41
2010	-	-	45	47.349,00	45	105.841,29	153.190,29

Fonte:

5.3.7.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos								
Situação	Conta Tipo “B”							
	2012		2011		2010		2012	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	0	0
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	0	0
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	27	143.888,58
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	27	143.888,58
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	0	0

Fonte:

Os Suprimentos de Fundo do exercício de 2011 foram analisados e estão sendo submetidos a aprovação por parte do Superintendente Regional. Quanto os Suprimento do exercício de 2012 estão sendo submetidos a análise para efeito de aprovação. (Elias Silva)

5.3.7.6 Análise Crítica

Tal situação dos suprimentos de fundo dos exercícios 2011 e 2012, parte se deu por falta de Contador pertencente aos quadros do SR-30, bem como servidores treinados para dar suporte contábil ao Serviço de Contabilidade desta Regional. Que será equacionado com nomeação dos servidores nomeadas do Concurso do INCRA/2010. (Elias Silva)

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

SR-30/STA UPAG 1077

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		140	13	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		140	13	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		136	12	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		4	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		5	4	6
4. Total de Servidores (1+2+3)		145	17	22

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

A.6.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/12

SR-30/SANTARÉM - UPAG 1077

Tipologia	Quantidade de pessoas
dos afastamentos	situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	0

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1.	0
6.2.	0
6.3.	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	17	8	11
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	17	11	11
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	12	5	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	-	4	6	6
1.2.5. Aposentados	-	0	0	0
2. Funções Gratificadas	3	3	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	3	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-

2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	20	10	13

Fonte:2

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

SR-30/STA UPAG 1077

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	18	30	18	51	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	18	30	18	51	23
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	1	0	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	0	2	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	19	31	18	53	24

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

SR-30/STA UPAG 1077

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	10	0	88	42	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	10	0	88	42	0	0	0
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	3	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	3	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	10	0	90	45	0	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

[illegible]

1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

SR-30/SANTARÉM - UPAG 1077

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO										
2010	R\$ 7.785.992,10		R\$ 701.799,37	R\$ 246.726,22	R\$ 1.786.739,03	R\$ 910.855,67	R\$ 0,00	R\$ 49.967,96	R\$ 7.296,51	R\$ 11.489.376,86
2011	R\$ 7.467.648,93		R\$ 637.714,86	R\$ 218.721,57	R\$ 707.444,54	R\$ 1.059.748,52	R\$ 14.108,07	R\$ 0,00	R\$ 8.377,42	R\$ 10.113.763,91
2012	R\$ 6.872.995,75	R\$ 374.324,75	R\$ 609.215,17	R\$ 185.326,24	R\$ 1.014.994,49	R\$ 970.159,42	R\$ 15.578,09	R\$ 90.589,12	R\$ 8.125,44	R\$ 10.141.308,47
SERVIDORES CLT (ANISTIADOS)										
2010										R\$ 0,00
2011										R\$ 0,00
2012										R\$ 0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR										
2010		R\$ 401.100,00			R\$ 252.442,65					R\$ 653.542,65
2011		R\$ 396.174,66			R\$ 171.233,54					R\$ 567.408,20
2012		R\$ 126.250,08			R\$ 35.584,82					R\$ 161.834,90
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										
2010		R\$ 15.156,36			R\$ 6.082,36					R\$ 21.238,72
2011		R\$ 15.268,52			R\$ 15.958,46					R\$ 31.226,98
2012		R\$ 14.791,41								R\$ 14.791,41

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
-----	-------

2010	R\$ 111.664,15
2011	R\$ 46.314,15
2012	R\$ 72.311,57

FONTE: SIAFI

6.1.3 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.3.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

6.1.3.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	3	0
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	6	0
3. Total (1+2)	9	0

Fonte: SIAPE E EXTRATO DE DADOS

6.1.4 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

6.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Até o momento esta gestão desconhece a situação de fatos neste sentido.

6.1.6 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.6.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
---------------	--	---

	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	9	10	24	-
Concessão de pensão civil	-	-		1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	9	10	24	1

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	9
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	9
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

6.1.6.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

6.1.6.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

6.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

A gestão da UJ não tem conhecimento de situações deste item.

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

A atual situação de carência de recursos humanos que passa esta UJ, mesmo com as contratações previstas, ainda assim, necessitaríamos de uma maior contratação de terceirizados para o suporte operacional das atividades.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA AREGIONAL DE SANTARÉM – SR-30													
UG/Gestão:373037/37201					CNPJ:								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	0	000130/2007-13	01518478/0001-70	02-05-2012	01-05-2013	12	12					(A)
2009	V	0	000663/2009-59	04.113.174/0001-11	02-05-2012	26-05-2013	24	24					(A)
Observações:													
Os serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva se faz necessário nesta Superintendência Regional para manter o bom atendimento e segurança ao seus funcionários e ao Publico em Geral													
<u>LEGENDA</u> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SR(30A

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	5/11	(0)	000425/2012-49	04.630524/0001-17	25/01/2013	24/01/2014	3	3	18	18			(P)
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	R\$ 54.763,08
1.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	6	6	6	6	R\$ 54.763,08
2. Nível Médio	2	2	2	2	R\$ 29.487,81
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	2	2	2	2	R\$ 29.487,81
3. Total (1+2)	8	8	8	8	R\$ 84.250,89

Fonte:

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

ATUAL FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DO INCRA SR-30

SITUAÇÃO: ACERVO PARA USO OU RESPONSABILIDADE DA UJ

A) A utilização das viaturas rege-se conforme decreto e instrução conforme abaixo discriminado.

- Decreto nº 6.403 de 17/03/2008.
- Instrução normativa MP/ nº 03 de 15/05/2008.

B) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade.

O uso das viaturas é de extrema importância na realização e acompanhamento dos trabalhos realizados pela unidade, Em decorrência da grande parcela de projetos a, distancia existente entre eles e as condições de acesso encontradas no meio. Os veículos são um importante conjunto que, integradas as atividades desenvolvidas contribuem diretamente para a efetividade da prestação de serviços dessa forma o transporte integrado aos processos das atividades fim, torna-se uma ferramenta importante para o alcance da missão pública em questão.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PLANO ANUAL AQUIÇÃO DE VEÍCULOS – PAAV /2011

C) QUANTIDADE DE VEICULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUANTIDADE: 29 VEÍCULOS

TOTAL:

28 PICK-UP – MITISUBISHI / L-200

CLASSIFICAÇÃO

COMBUSTÍVEL: DIESEL

121 CV

01 – VEÍCULO – FIAT PALIO

CLASSIFICAÇÃO

COMBUSTÍVEL: GASOLINA

76 CV

D) MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS: **163.128 km**

E) IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPOS DE VEÍCULOS: **PRAZO 05 ANOS**

F) CUSTO ASSOCIADO À MANUTENÇÃO DA FROTA: **R\$315.089,31**

G) PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA: PRAZO 05 ANOS

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Pará(PA)	5	5
	Santarém	1	1
	Itaituba(UA/Cacimbo)	3	3
	Ruropolis(UA/Puropolis)	1	1
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: Divisão de administração SR(30)

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Pará-Pa	4	4
	Santarém	2	2
	Altamira	1	1
	Anapu	1	1
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		4	4
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		4	4
Fonte: Divisão de administração SR(30)			

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373037	053500083.500-0	4	5	-	23/05/2012	1.479.372,09	365.990,69	-
373037	047100219.500-8	21	4	-	18/06/2009	402.110,10	41.168,40	-
373037	047100286.500-3	21	4	-	18/06/2009	250.280,88	192.530,88	-
373037	047100152.500-4	21	4	-	18/06/2009	360.941,70	41.168,40	-
373037	047100105.500-8	21	4	-	18/06/2009	250.280,88	192.530,88	-
Total							833.389,25	-
Fonte:								

Análise Crítica:

Com a construção da nova Sede do Incra em Santarém foi atendido o funcionamento das atividades de toda a Superintendência. Quando a Unidade Avançada de Altamira a mesma funciona em prédios alugado de terceiros. A Unidade de Rurópolis e Cachimbo funcional em prédios pertencentes a União. Sobre a Unidade Avançada de Monte Alegre ainda foi efetuado o registro junto ao SPIUNET, que será providenciado posteriormente.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

A grande maioria dos questionamentos dos Itens 1 a 9 referem-se a temas geridos pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (DET) do Órgão localizada na Sede nacional do Incra em Brasília e cujo atual Coordenador é o Analista em TI Marcelo Florêncio (Marcelo.florencio@incra.gov.br)
--

8.2 Análise Crítica

Informamos que o Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

A atuação das Superintendências quanto à Gestão de TI é mínima, tendo em vista que esta atividade é centralizada no Incra Sede.

Quanto à Política de Segurança da Informação da Instituição, esta está sendo elaborada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (DET-Incra-Sede), com apoio das Superintendências.

Quanto aos contratos de desenvolvimento de software, estes também são centralizados no Incra Sede em Brasília.

A área de TI do INCRA, apesar de inegavelmente relevante para o negócio do Instituto, não possui orçamento próprio e os Núcleos de Tecnologia da Informação das Superintendências sequer são previstos na estrutura oficial do Órgão (foram criados através de Ordem de Serviço), além de não receberem quaisquer gratificações adicionais. Todos estes fatores contribuem para atenuar o desempenho e eficiência desta área na Autarquia.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()			Não (x)	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			x		

Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

A UJ discrimina em suas licitações, sobremaneira, resmas de papéis recicláveis, bem como orienta a utilização, sempre que possível, do verso de papéis para impressões, principalmente de uso interno.

As luminárias utilizadas são lâmpadas fluorescentes, que de acordo com especialistas são bastante econômicas;

Os cartuchos adquiridos para a grande parte das impressoras, embora com menor qualidade e vida útil são os recicláveis;

A UJ a partir de junho de 2012 implantou em suas dependências lixeiras seletivas para a coleta de seus resíduos;

Até a última consulta realizada pela divisão de administração da UJ não havia no Município de Santarém, prestadora de serviço para coleta seletiva de resíduos recicláveis;

Nos processos de licitação e convênios de obras de infraestrutura são condicionados a prestadora dos serviços contratadas a licença ambiental para a implantação das obras.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	908 Resma	600 Resma	1.100 Resma	8.860,00	7.500,00	11.630,00
Água	648 m3	648 m3	648 m3	-	2.951,22	1.229,15
Energia Elétrica	357804 Kwh	431210 Kwh	440061 Kwh	242.359,68	259.042,90	234.403,97
			Total	251.219,68	269.494,12	247.263,12

Fonte:

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

--

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Pela insuficiência de servidor e também de servidor habilitado, essas atividades são desenvolvidas com apoio do Incra sede que disponibiliza servidores da sede ou de outras Regionais.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15	14	19
	Entregaram a DBR	15	14	19
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

10.3.1.1 Análise Crítica

De acordo com as informações do serviço de desenvolvimento humano, desde a apresentação do plano de providências permanente referente ao RG 2010, a UJ vem cumprindo com a lei 8.730/93

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Antonio Pereira de Oliveira, CPF nº 048.792.362-6, Chefe do Serviço de administração e Serviços Gerais, exercido na Superintendência Regional de Santarém – INCRA/SR-30, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Santarém-PA, 27 de 03 de 2013.

Antonio Pereira de Oliveira
CPF Nº 048.792.362-68
Chefe do Serviço de Administração e Serviços Gerais
INCRA/SR-30/A-2

Informações Contábeis

10.5 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

10.5.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta Unidade Jurisdicionada adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas de Contabilidade aplicadas no Setor Público, em especialmente nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Informamos que os procedimentos e metodologia de cálculos de depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxa utilizadas para cálculos e mensuração de Ativo e Passivo são efetuadas pelo INCRA/SEDE, cabendo a esta Unidade os registros no sistema SIAFI.

10.5.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a). Situação Contas a Regularizar Equação 0096 – Obrigações a Recolher no valor de R\$ 108.950,00 (cento e oito mil e novecentos e cinquenta reais) e Equação 0147, com Restrição Contábil Código 212 - Divergências de Valores Liquidados X Passivo Financeiro de R\$ 854.240,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e quarenta reais) Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Santarém-Pa	Data	31.12.2012
Contador Responsável	Elias André da Silva	CRC nº	PA/002.304-0-4

As Situações que se referem os acertos contábeis, relacionados na presente declaração, serão equacionadas no decorrer do exercício de 2013

PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

11. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis.

Quanto a este item, segue abaixo a manifestação prestada por essa UJ, ainda no exercício 2012, reportando-se ao RG/2011. Assim, além das justificativas, a regional optou por reapresentar a planilha encaminhada nos exercícios 2010 e 2011, uma vez que, até o momento, não houve alteração nos dados apresentados.

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior.

Em justificativa à solicitação acima, informa-se que há na Superintendência Regional de Santarém - SR30 um passivo de 278 processos de fiscalização administrativa. Tais processos são oriundos da SR 01-Pará, a qual esta regional era subordinada como Unidade Avançada. Quando do estabelecimento da SR30-Oeste do Pará, em 2005 todos os procedimentos administrativos relativos a imóveis no oeste paraense, inclusive os de fiscalização, foram encaminhados a esta Regional.

A instauração e toda instrução de processos administrativos de fiscalização correm, conforme regimento interno, a cargo do Serviço de Cadastro Rural que, não obstante, tem a prerrogativa de gerenciar todo o cadastro de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR, atuando no cadastramento/inclusão/atualização de imóveis rurais, sendo estas atividades cotidianas, portanto, de fluxo contínuo.

Registra-se que o Serviço de Cadastro Rural nunca teve o mínimo de servidores necessários para atender a contento as atribuições que lhe são conferidas (à época eram 3 servidores, atualmente conta com 1 servidor). No caso específico dos processos de fiscalização, o INCRA-Sede, sabendo ser impossível para o efetivo de servidores lotados no Serviço de Cadastro instruir e efetivamente diligenciar os procedimentos abertos, criou um grupo de trabalho - GT através da Ordem de Serviço INCRA/DF/Nº01/2008 para a tarefa.

Durante o período em que atuou nesta SR, o GT procedeu a vários encaminhamentos em 96 dos 278 processos de fiscalização, produzindo Mapa de Controle dos Processos Administrativos de Fiscalização Cadastral atendidos pelo Grupo de Trabalho demonstrando, por exemplo, que em diversos casos o interessado foi intimado para apresentar documentação; **que foi solicitado aos cartórios de registro de imóveis a apresentação de certidões**; que em outros casos houve também diligência a órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA, etc.); que em certos casos houve encaminhamento ao Serviço de Cartografia para manifestação e também à Procuradoria Federal Especializada para análise e, por fim, vários processos foram encerrados.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-

Geral de Justiça de realização de inspeção ou correção e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, irregularidade identificada e as medidas adotadas.

Após a partida do Grupo de Trabalho, contudo, não houve meios de dar continuidade ao gerenciamento administrativo desses processos e de instruir o restante do passivo. Por conseguinte, não houve meios de se coordenar as informações quanto às medidas cartoriais relativas aos imóveis e suas matrículas. Sem embargo disso, de acordo com o que prevê a Lei 10.267/2001 em seu art. 1º, § 7º **é responsabilidade dos serviços de registro de imóveis a comunicação ao INCRA sobre alterações sofridas pelos imóveis, o que, de fato, vem sendo cumprido unicamente pelo CRI da comarca de Uruará.**

d) Relação dos imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo INCRA. Contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento.

Não obstante, tem-se, todavia, no que se refere ao Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR, que aqueles imóveis abrangidos pela Portaria/INCRA/P/Nº596/2001 foram inibidos, automaticamente, e assim permanecem, e aqueles imóveis abrangidos pela Portaria/Incra/P/Nº558/99 foram cancelados automaticamente (reitera-se, no cadastro do SNCR), e continuam em igual situação.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo, número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidades apuradas.

Pelos mesmos motivos expostos à letra “c”, ou seja, pela dissolução do Grupo de Trabalho, não houve continuidade na instrução dos processos de fiscalização, sendo que as atividades dadas por aquela equipe, aos processos, não chegaram ao ponto de encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado.

Notoriamente, a demanda existe e há alguns anos, o Incra/SR(30) vem sendo cobrado a prestar diversas informações sobre o tema. Nossas respostas têm sido insuficientes. Nossos dados mais recentes datam de 2007/2008 quando do estabelecimento do mencionado GT.

Dessa maneira, dada à importância e urgência da questão, previmos no planejamento/2013 da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Serviço de Cadastro Rural, a solicitação de recursos suficientes para a continuidade das atividades já iniciadas.

CODIGO DO IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	PROCESSO	ANDAMENTO
000019.826715-5	AÇOS MACOM IND E COM LTDA	FAZ SAO PAULO	ALTAMIRA	10.046,90	54100.000785/98-71	Diligência
901016.076929-5	ADIB JADUDATH HARADUI	FAZENDA MATO VELHO	ITAIPUBA	68.611,90		Análise
000051.514349-1	ADILSON LUIZ MARTINS	GL. BELO MONTE - LT87	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	11.325,40	54100.000472/00-82	Encerrado
000019.826693-0	ADMINISTRACAO DE SERVICOS INTERNOS LTDA	FAZENDA VOLTA GRANDE	ALTAMIRA	32.755,00	54000.000680/98-13	Diligência
807052.014109-7	AGRO INDUSTRIAL DE MADEIRAS VALE FERTL LTDA	FAZENDA BALBINOT	PACAJÁ	48.351,50	54100.000952/98-10	Diligência
043036.019992-9	AGRONIL AGROPECUARIA NOVA INVERNADA LTDA	FAZENDA NOVA INVERNADA	PRAINHA	12.503,70	54100.000513/00-68	Encerrado
043036.016403-3	AGROPECUÁRIA PORTO ALEGRE LTDA	PORTO ALEGRE VARZEA	PRAINHA	19.602,00	54100000972/00-13	Cancelado
043036.016640-0	AGROPECUÁRIA RIO URUARA S/A	FAZENDA URUARA	URUARÁ	14.682,00	54100.000514/00-21	Encerrado
	ALAX AUGUSTO MENDES CORREA JUNIOR	FAZENDA CAXINGUBA	ALTAMIRA	20.000,00	54100.000361/02-27	Diligência
806013.033057-8	ALBERTO RAFAEL SANFILE VINCI	FAZENDA SERRA VERDE	ALTAMIRA	39.998,00	54100.000799/98-86	Diligência
802042.020753-0	ALDECIR NARDINO	AREA DE TERRAS(GL IMBAUBA)	NOVO PROGRESSO	42.000,00	54100.000947/00-68	Análise
	ALDESIR NARDINO	S/DENOMINAÇÃO	NOVO PROGRESSO	42.000,00	54100.000947/00-68	Encerrado
044016.040800-6	ALQUIRINO BANNACH	FAZENDA VITORIA IV	ALTAMIRA	15.246,00	54100.000932/00-91	Encerrado
044016.040932-0	ALQUIRINO BANNACH	FAZENDA BOA ESPERANCA	ALTAMIRA	14.701,50	54100.000933/00-53	Análise
	ALTINO MASSON	FAZENDA CARUAES	ALTAMIRA	46.500,00	54100.000211/04-85	Encerrado
807036.019763-5	ALUMINAL COMERCIO E PARTICIPAÇÃO LTDA		ALTAMIRA	52.272,00	54600.000709/01-64	Análise
041033.012831-7	ANTONIO CABRAL ABREU	FAZENDA VILA AMAZÔNIA	JURUTI	225.600,00	54100.000516/00-56	Encerrado
	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BASTOS	FAZENDA GLEBA ASSOCIAÇÃO	NOVO PROGRESSO	19.360,00	54100.000296/01-59	Cancelado
000019.840777-1	ANTONIO SERGIO FERREIRA DE OLIVEIRA	FAZENDA FORTE VENEZA	ALTAMIRA	125.400,00	54100.000952/00-06	Diligência
624098.019135-7	ARTHUR OSCAR NASCIMENTO JUNIOR	FAZENDA SAO JORGE	ALTAMIRA	26.680,00	54000.001177/97-31	Diligência
624098.019127-6	ARTHUR OSCAR NASCIMENTO JUNIOR	FAZENDA PINHEIROS	ALTAMIRA	17.280,00	54000.001183/97-33	Encerrado
624098.012815-9	ARTHUR OSCAR NASCIMENTO JUNIOR	FAZENDA DESTERRO	ALTAMIRA	14.310,00	54100.000981/00-04	Diligência
713031.006866-3	ASSOCIACAO CONDOMINIAL DE COLONIZACAO VALE DO MIRIM	GLEBA GOROTIRE	NOVO PROGRESSO	105.000,00	54100.000998/00-07	Cancelado
000043.932434-1	ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS CABACEIRAS	QUILOMBO CABACEIRA	ÓBIDOS	17.189,60	54100.001205/01-01	Encerrado
000019.040932-5	BENEDITO BATISTA DA GAMA	FAZENDA JATOBA	ALTAMIRA	182.764,80	54100.000284/98-86	Cancelado
	CAOMÉ DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL LTDA	SERINGAL CURRAL DE PEDRAS	ALTAMIRA	11.975,00	54100.001192/01-61	Análise
041050.275530-0	CENTENOR EMPREENDIMENTOS AS	FUNDOS DAS TRES BARRACAS	ÓBIDOS	11.878,10	54100.000571/00-64	Cancelado
806013.031593-5	CLAUDEMIRO PEREIRA MACHADO	FAZENDA MONTEVIDEO III	ALTAMIRA	180.728,40	54000.000801/98-26	Diligência
806013.031615-0	CLAUDEMIRO PEREIRA MACHADO	FAZENDA MONTEVIDEO I	ALTAMIRA	188.521,60	54000.000834/98-85	Diligência
806013.031607-9	CLAUDEMIRO PEREIRA MACHADO	FAZENDA MONTEVIDEO II	ALTAMIRA	206.000,00	54000.000836/98-16	Cancelado

806013.031585-4	CLAUDEMIRO PEREIRA MACHADO	FAZENDA MONTEVIDEO II	ALTAMIRA	206.000,00	54100.000833/98-12	Diligência
806013.031569-2	CLAUDEMIRO PEREIRA MACHADO	FAZENDA MONTEVIDEO I	ALTAMIRA	188.521,60	54100.000835/98-48	Cancelado
806013.031577-3	CLAUDEMIRO PEREIRA MACHADO	FAZENDA MONTEVIDEO III	ALTAMIRA	180.728,40	54100.000837/98-73	Cancelado
043010.001023-7	COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO - JARI CELULOSE S/A	FAZENDA JARI I	ALMEIRIM	1.201.878,00	54100.000569/00-12	Diligência
000019.492930-7	DARCI DELFINO DE PAULA	FAZENDA RHEICRONN	ALTAMIRA	144.512,00	54000.000264/98-89	Diligência
000019.492922-6	DARCI DELFINO DE PAULA	FAZENDA RHEICRONM II	ALTAMIRA	370.700,00	54000.000265/98-41	Diligência
806013.031364-9	DESTILARIA DE ALCOOL IBAITI LTDA	FAZ CASTANHAL IBAITI	ALTAMIRA	26.003,50	54100.000800/98-63	Arquivado
041041.049611-2	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	CAMPO EXPERIMENTAL DO BAIXO AMAZONAS	MONTE ALEGRE	15.142,50	54100.000087/02-96	Arquivado
000019.492914-5	EMPRESA DE NAVEGACAO E COMERCIO TRES BARRAS LTDA	GLB RURAL LOTE 01 A 28 FAZ COLIBRI	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	117.612,00	54000.000279/98-56	Cancelado
000019.826090-8	EMPRESA DE NAVEGACAO E COMERCIO TRES BARRAS LTDA	FAZENDA COLIBRI	ALTAMIRA	148.955,80	54100.000887/98-41	Cancelado
	FLEURICE MATOS SERRUYA	TERRA PRETA E SERRINHA	PRAINHA	25.560,00	54100.000473/00-45	Arquivado
000019.049158-7	GERSON SALVIANO CAMPOS	SEM DENOMINAÇÃO ESPECIAL	PORTO DE MOZ	39.617,00	54100.000973/00-78	Cancelado
043028.270946-0	GERSON SALVIANO CAMPOS	FAZENDA CAJUTUBA	PORTO DE MOZ	10.890,00	54100.000974/00-31	Cancelado
044016.007269-5	GILCA SUSANE DA ROSA DE OLIVEIRA	FAZENDA CATETE	ALTAMIRA	615.795,50	54100.001046/98-33	Diligência
511056.009024-0	GLAUCIA ALENCAR MEIRELLES ROCHA	GLEBA RIO CURUA	ALTAMIRA	2.050.059,00	54100.000953/00-61	Análise
000043.932108-3	HERMINIO SANCHES FILHO	TUCUNARÉ I	TRAIRÃO	14.914,20	54100.000978/00-91	Cancelado
000043.932086-9	HERMINIO SANCHES FILHO	TUCUNARÉ X	TRAIRÃO	10.991,80	54100.000979/00-54	Cancelado
000043.932094-0	HERMINIO SANCHES FILHO	TUCUNARE II	TRAIRÃO	13.062,00	54100.000980/00-33	Cancelado
	INDUSTRIA COMERCIO EXPORTACAO E NAVEGACAO DO XINGU LTDA-INCENXIL	GLEBA CURUA	ALTAMIRA	4.700.000,00		Encerrado
044016.048828-0	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA – ITERPA	GLEBA ALTAMIRA IV	ALTAMIRA	1.044.000,00	54100.000908/00-14	Encerrado
044016.048844-1	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA – ITERPA	GLEBA ALTAMIRA II	ALTAMIRA	1.116.000,00	54100.000908/00-14	Encerrado
044016.048836-0	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA – ITERPA	GLEBA ALTAMIRA V	ALTAMIRA	1.760.000,00	54100.000908/00-14	Encerrado
000051.509400-8	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA-INCRA	P A MIRITUBA	ITAITUBA	25.336,30		Arquivado
806013.035920-7	IOLANDA NETO MENEZES	SERINGAL E CASTANHAL LARANJEIRA	ALTAMIRA	298.809,00	54100.001047/98-04	Arquivado
000019.041017-0	ITAMAR BARROS DE SOUZA	ARACARA	PACAJÁ	278.000,00		Encerrado
042013.040002-6	JOAO ALVES DA SILVA	FAZENDA IGARAPE ARICURE	AVEIRO	38.225,00		Encerrado
000019.826707-4	JOEL AMARO GONCALVES	FAZENDA SAO PEDRO	ALTAMIRA	43.826,40	54100.000784/98-17	Diligência
815055.054909-4	JOSE ALMIRO BIHL	FAZENDA SERRA AZUL II	NOVO PROGRESSO	12.010,00	54100.000999/00-61	Arquivado
044016.040495-7	JOSE BANNACH	FAZENDA VITORIA I	ALTAMIRA	15.246,00	54100.000930/00-65	Análise
044016.040525-2	JOSE BANNACH	FAZENDA BOA ESPERANCA	ALTAMIRA	14.701,50	54100.000931/00-28	Análise
815055.054747-4	JOSE MANOEL MARTINS HERNANDEZ	FAZENDA TAPERA VELHA	SANTARÉM	10.493,50	21411.000234/96-65	Encerrado
	JOSÉ ROBERTO DAL PORTO	SERINGAL SÃO JORGE I	ALTAMIRA	496.000,00	54100.000208/02-08	Análise
901016.077062-5	JOSEPH JADUDA HARAOUTI	FAZENDA MATO VELHO	ITAITUBA	78.081,40	54100.000959/00-47	Encerrado

000019.826081-9	JUVENAL DE OLIVEIRA BARROS	FAZENDA JABUTI I	ALTAMIRA	182.764,80	54100.000886/98-89	Diligência
815349.077500-5	LUCIANO CHAVES FRANCO	FAZENDA OURO REI	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	22.860,90	54100.000967/98-89	Encerrado
000051.969710-6	MADEIREIRA SÃO JOÃO LTDA	FAZENDA SÃO JOÃO II	ITAITUBA	258.355,10	54100.001429/03-76	Análise
000051.969680-0	MADEIREIRA SÃO JOÃO LTDA	FAZENDA SÃO JOÃO I	JACAREACANGA	154.368,60	54100.001430/03-09	Análise
815349.077496-3	MADESTELO INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA	FAZENDA MADESTELO II	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	11.997,80	54100.000968/98-41	Encerrado
000019.492949-8	MANOBRE - MADEIRAS NOBRE DO NORTE LTDA	FAZENDA TERRA NOVA	ALTAMIRA	82.764,00	54000000263/98-16	Diligência
000051.969664-9	MAPEL-MAROCHI AGRICULTURA E PECUARIA LTDA	FAZENDA MAPEL	JACAREACANGA	463.125,00	54100.001431/03-45	Análise
809020.020958-1	MAXIMINO QUIRINO DE AZEVEDO	FAZ SANTA BARBARA	PORTO DE MOZ	99.341,40	54100.001330/98-37	Encerrado
000019.492850-5	MINERACAO PORTO ALEGRE LTDA	SERINGAL E CASTANHAL PORTO ALEGRE	ALTAMIRA	251.850,00	54100.000951/00-35	Diligência
	NERI FOLETTO E EULÍVIO TREVISOL JR.	FAZENDA CUTICANGA	ÓBIDOS	17.444,44	54501.003689/11-73*	Análise
043028.018872-1	NEUTO SANGALLI	AMAPA E PONTA	PORTO DE MOZ	10.800,00	54000.003929/97-25	Diligência
000027.649333-7	NILTON LOPES DOS SANTOS	SERINGAL CURRAL DE PEDRAS	ALTAMIRA	11.975,00	54000.000411/98-00	Arquivado
807036.022730-5	OSMARINO PEREIRA DE CARVALHO	SERINGAL VISTA ALEGRE	SANTARÉM	182.952,00	54100.001183/98-12	Arquivado
043036.015318-0	OTAVIO GOMES DE QUEIROZ	TERRA PRETA E SERRINHA	PRAINHA	51.120,00	54100.000983/00-21	Arquivado
806013.031372-0	PAULA DOS SANTOS FREITAS	FAZENDA CASTANHAL	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	43.692,40	54100.000970/00-80	Encerrado
807052.014729-0	PAULISTA MINERACAO LTDA	FAZENDA PAULISTANA II	PACAJÁ	23.232,00	54100.000971/98-56	Diligência
807052.014745-1	PAULISTA MINERACAO LTDA	FAZENDA PAULISTANA III	PACAJÁ	23.232,00	54100.000972/98-19	Diligência
807052.014737-0	PAULISTA MINERACAO LTDA	FAZENDA CASTANHA	PACAJÁ	17.424,00	54100.000973/98-81	Diligência
807052.014753-2	PAULISTA MINERACAO LTDA	FAZENDA SANTA MARIA	PACAJÁ	17.424,00	54100.000974/98-44	Diligência
815012.029742-3	PAULISTANA MINERACAO LTDA	FAZENDA SAO JOSE	PACAJÁ	12.100,00		Notificado
815012.029750-4	PAULISTANA MINERACAO LTDA	FAZENDA PAULISTANA I	PACAJÁ	232.320,00		Notificado
000019.492833-5	RAIMUNDO CIRO DE MOURA	SERINGAL MONTE ALEGRE	ALTAMIRA	329.600,00		Diligência
044016.048585-0	RENILDO JOSE ZUCATELLI	GLB REMANSINHO FAZENDA INCRAVADO	ALTAMIRA	60.984,00	54000.000282/98-61	Arquivado
000019.833223-2	SAMUEL TAVARES MILHOMENS	FAZENDA OURO BRANCO	ALTAMIRA	105.516,60	54100.000966/00-11	Arquivado
907049.027570-4	SELVINO BANNACH	FAZENDA VITORIA	ALTAMIRA	15.246,00	54100.000911/00-11	Análise
907049.027537-2	SELVINO BANNACH	FAZENDA BOA ESPERANCA	ALTAMIRA	14.701,50	54100.000934/00-16	Análise
000019.826723-6	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK	FAZENDA SAO SEBASTIAO	ALTAMIRA	18.560,00	54100.000875/98-62	Encerrado
000019.826731-7	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK	FAZENDA SAO FELIX	ALTAMIRA	12.870,00	54100.000876/98-25	Encerrado
000019.826740-6	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK	FAZENDA VENANCIO AIRES	ALTAMIRA	11.600,00	54100.000877/98-98	Arquivado
000019.826820-8	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK AS	FAZ S SEBASTIAO S FELIX S PEDRO	ALTAMIRA	71.059,50	54100.000878/98-51	Encerrado
	TEODORO SARAIVA NETO		ALTAMIRA	21.315.782,50	54100.000667/00-31	Encerrado
		IGARAPE DA MALOCA				

814016.019658-6	TIN MINERACAO E COMERCIO LTDA	GL II	ALTAMIRA	10.000,00	54100.000954/00-23	Diligência
901016.076910-4	TONY DE CAMPO	LOTES GLEBA CURUA	ITAITUBA	10.760,00	54100.001008/00-31	Arquivado
901016.077046-3	TONY DE CAMPO	LOTES GLEBA CURUA	ITAITUBA	150.000,00	54100.001010/00-82	Encerrado
815055.058149-4	UNIVERSAL LUMBER IMPORTACAO E EXPORTACAO DO BRASIL LTDA	FAZENDA UNIVERSAL II	JURUTI	25.685,00	54100.000975/98-15	Encerrado
814016.019615-2	VALDEMAR SIMAO PEREIRA	IGARAPE DA MALOCA GL 3	ALTAMIRA	10.000,00	54100.000955/00-96	Arquivado
043036.020800-6	WALDOMIRO DE MELO E SILVA	FAZENDA SERRINHA TRES MARIAS	PRAINHA	14.097,40	54100.000780/98-58	Encerrado
813010.040312-9	WELLINGTON DE MELO E SILVA	FAZENDA RIO XINGU	PORTO DE MOZ	33.204,00	54100.000976/98-70	Arquivado
051110.103390-7	YOSHIMITSU CHAYAMICHI	FRIEIRA I	ALENQUER	12.000,00	54000.004382/97-76	Notificado
	ZILDA CAPIBERIBE DE QUEIROZ	TERRA PRETA E SERRINHA	PRAINHA	25.560,00	54100.000476/00-33	Arquivado

12. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Como mencionado no decorrer do relatório, situações importantes devem compor o quadro de prioridades a serem geridas no próximo exercício, dentre elas:

A estabilidade do gestor é um fator primordial para a execução do plano estratégico da UJ;

A conclusão do último pavilhão da sede da UJ traria uma acomodação necessária aos servidores que, em sua maioria, alojam-se de forma inadequada (excessos de servidores em salas) tamanhos das salas inapropriados, com insuficiência de espaços para armários, mesas, cadeiras, computadores, etc.

Embora um tanto paradoxal, no que se referi ao espaço para acomodação adequada de servidor, há a urgente necessidade da nomeação de profissionais, sobremaneira às categorias obrigatórias da UJ como: contador, engenheiro civil, antropólogo, engenheiro florestal, bem como de profissionais de curso médio e também superior visando a uma adequada resposta, e em tempo hábil, concernentes as demandas da sociedade rural e dos aos órgãos de controle;

A capacitação de servidores e dos novos profissionais que deverão ser nomeados no próximo exercício;

O menor contingenciamento possível do recurso orçamentário da UJ e a liberação em tempo hábil dos recursos financeiros, considerando os acordos anteriormente pactuados com MPF e justiça federal concernentes aos projetos de assentamentos interditados. Bem como com a CGU e TCU concernentes ao plano de providência permanente pactuado em 2011.

A criação de alguns GT, com profissionais experientes e habilitados, mesmo que de outras Regionais para tratar exclusivamente pendências específicas, tais como: convênios, análise de PDA/PRA, RTID, Cadeia Dominial, seqüência nos Projetos ainda interditados.

As propostas de mitigação serão todas no sentido de apresentar junto à direção da Autarquia as prioridades acima mencionadas visando acelerar com qualidade o fluxo da missão do órgão.